

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SEMED-AM

**SEMED-AM - SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE MANAUS**

Conhecimentos Gerais

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL

**CÓD: OP-159MA-25
7908403577064**

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto	7
2. Ortografia: emprego das letras e acentuação gráfica	14
3. Classes de palavras e suas flexões; Verbos: conjugação, emprego dos tempos, modos e vozes verbais.....	18
4. Processo de formação de palavras.....	24
5. Concordâncias: nominal e verbal.....	25
6. Regências: nominal e verbal	27
7. Emprego do acento indicativo da crase	28
8. Colocação dos pronomes.....	29
9. Emprego dos sinais de pontuação	31
10. Semântica: sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e figuras de linguagem; Denotação e conotação	32
11. Funções sintáticas de termos e de orações; Processos sintáticos: subordinação e coordenação	38

Noções de Informática

1. Ambientes operacionais: Conceitos e características; Windows 7; Sistema operacional, fundamentos do Windows, operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho, trabalho com pastas e arquivos, localização de arquivos e pastas, movimentação e cópia de arquivos, pastas, criação e exclusão de arquivos e pastas, compartilhamentos e áreas de transferência; Windows Explorer.....	51
2. Processador de texto (Word 2010)	53
3. Planilhas eletrônicas (Excel 2010).....	57
4. Apresentação e exibição de Slides (Power Point 2010)	63
5. Navegador Internet (Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer), busca e pesquisa na Web.....	69
6. Segurança da Informação. Cuidados relativos à segurança e sistemas antivírus.....	76
7. Correio eletrônico. Conceitos básicos, Formatos de mensagens. Transmissão e recepção de mensagens. Catálogo de endereços. Arquivos anexados. Ícones. Atalhos de teclado.....	78

Conhecimentos Pedagógicos

1. Educação, sociedade e cultura.....	83
2. Os Pilares da educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a viver e Aprender a ser.....	84
3. Psicologia da Educação: Teorias da aprendizagem	85
4. Contribuições de Piaget e Vygotsky à Educação	89
5. Currículo: concepções, elaboração, prática, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade	93
6. Políticas públicas: Políticas Públicas Inclusivas de educação	95
7. Educação e cultura afro-brasileira	101
8. Protagonismo infanto-juvenil.....	102
9. Diversidade e Sexualidade	103
10. O Jovem e o mundo do trabalho.....	105
11. Tecnologias na educação	106
12. Bullying	108
13. Cotidiano escolar: Integração docente e discente	110

14. Modalidades de gestão.....	112
15. Conselho de classe, reuniões pedagógicas, formação continuada, planejamento, acompanhamento e avaliação	113
16. Educar e cuidar	114
17. Projeto político-pedagógico.....	118

Legislação

1. Lei nº 9.394/96	125
2. Lei nº 12.796/2013 (que altera a Lei nº 9.394/96)	144
3. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014	145
4. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/1990 (ECA): Artigos 1º a 24 e 53 a 69; Parte Especial: Título I; Título II; Título III; Título V – artigos 131 a 140	161
5. Constituição Federal/88 – artigos 206 a 214	175
6. Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006, publicada em 20/12/2006	178
7. Lei nº 11.494, de 20/6/2007, publicada em 21/6/2007.....	180
8. Lei nº 11.645 de 10/03/2008.....	195
9. Lei Orgânica do Município de Manaus.....	195
10. Política Educacional do Estado do Amazonas e do Município de Manaus.....	252
11. Legislação para inclusão de pessoa com deficiência Lei n.º 13.146 de 06/07/2015.....	254

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

AMBIENTES OPERACIONAIS: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS; WINDOWS 7; SISTEMA OPERACIONAL, FUNDAMENTOS DO WINDOWS, OPERAÇÕES COM JANELAS, MENUS, BARRA DE TAREFAS, ÁREA DE TRABALHO, TRABALHO COM PASTAS E ARQUIVOS, LOCALIZAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, MOVIMENTAÇÃO E CÓPIA DE ARQUIVOS E PASTAS, CRIAÇÃO E EXCLUSÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, COMPARTILHAMENTOS E ÁREAS DE TRANSFERÊNCIA; WINDOWS EXPLORER

O Windows 7 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, amplamente utilizado em computadores pessoais, laptops e dispositivos corporativos. Conhecido por sua interface amigável e desempenho confiável, ele oferece recursos que facilitam a produtividade, o entretenimento e o uso geral.

Área de Trabalho

A área de trabalho do Windows 7 é o ponto central do sistema, onde você pode acessar programas, arquivos e atalhos rapidamente. Ela pode ser personalizada com imagens de fundo, temas e ícones organizados conforme suas preferências. Além disso, o sistema conta com a barra de tarefas na parte inferior da tela, que centraliza funções importantes, como:

- **Botão Iniciar:** Facilita o acesso aos aplicativos instalados, configurações do sistema e arquivos recentes.
- **Barra de Pesquisa:** Permite localizar rapidamente programas, documentos e outros itens.
- **Ícones de Aplicativos:** Atalhos para programas em execução ou fixados para acesso rápido.
- **Área de Notificações:** Localizada no canto direito, exibe notificações do sistema, data, hora e controles de volume e rede.



Uso do Menu Iniciar

O Menu Iniciar do Windows 7 foi projetado para oferecer um acesso intuitivo e organizado aos principais recursos do sistema. Ao clicar no botão Iniciar, você encontrará:

- **Uma lista dos programas mais usados:** Mostra os aplicativos acessados com frequência para facilitar o acesso.
- **Pesquisa Rápida:** Na parte inferior do menu, permite que você digite palavras-chave para localizar programas, arquivos e configurações de forma eficiente.
- **Bibliotecas:** Links para pastas como Documentos, Imagens, Música e Vídeos.
- **Opções de Encerramento:** Atalhos para desligar, reiniciar ou suspender o computador.

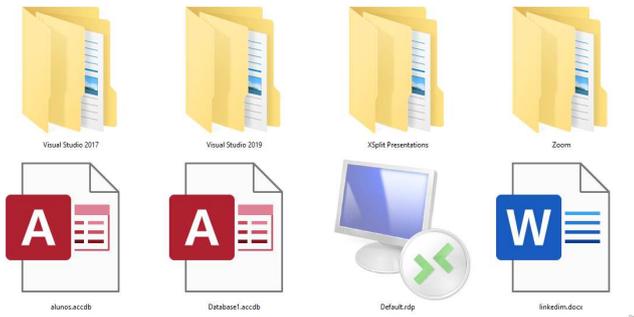


Conceito de pastas e diretórios

Pasta algumas vezes é chamada de diretório, mas o nome “pasta” ilustra melhor o conceito. Pastas servem para organizar, armazenar e organizar os arquivos. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos, aplicativos diversos).

Lembrando sempre que o Windows possui uma pasta com o nome do usuário onde são armazenados dados pessoais.

Dentro deste contexto temos uma hierarquia de pastas.

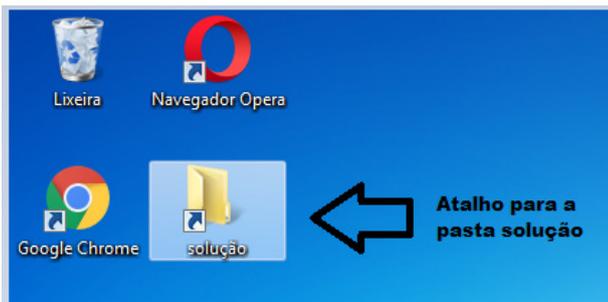
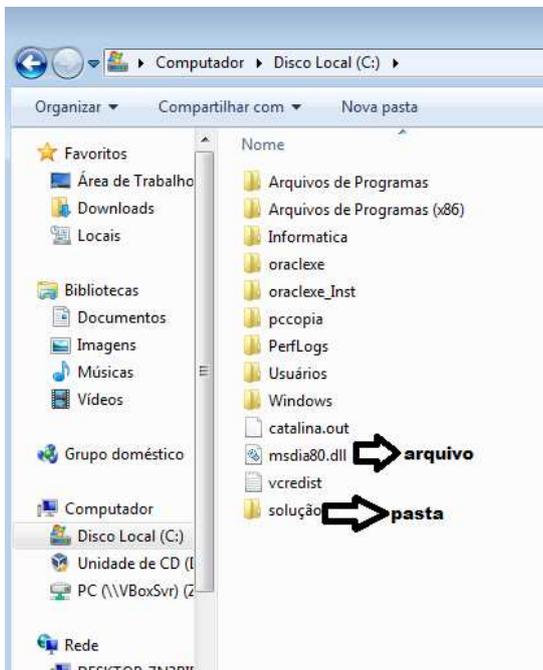


No caso da figura acima, temos quatro pastas e quatro arquivos.

Arquivos e atalhos

Como vimos anteriormente: pastas servem para organização, vimos que uma pasta pode conter outras pastas, arquivos e atalhos.

- Arquivo é um item único que contém um determinado dado. Estes arquivos podem ser documentos de forma geral (textos, fotos, vídeos e etc..), aplicativos diversos, etc.
- Atalho é um item que permite fácil acesso a uma determinada pasta ou arquivo propriamente dito.



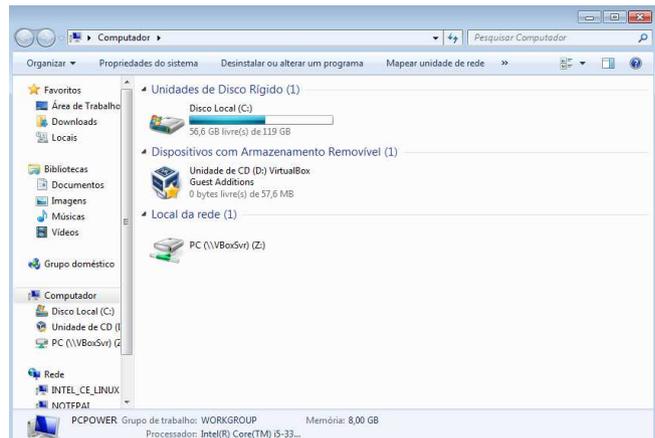
Área de transferência

A área de transferência é muito importante e funciona em segundo plano. Ela funciona de forma temporária guardando vários tipos de itens, tais como arquivos, informações etc.

- Quando executamos comandos como “Copiar” ou “Ctrl + C”, estamos copiando dados para esta área intermediária.
- Quando executamos comandos como “Colar” ou “Ctrl + V”, estamos colando, isto é, estamos pegando o que está gravado na área de transferência.

Manipulação de arquivos e pastas

A caminho mais rápido para acessar e manipular arquivos e pastas e outros objetos é através do “Meu Computador”. Podemos executar tarefas tais como: copiar, colar, mover arquivos, criar pastas, criar atalhos etc.



Interação com o conjunto de aplicativos

Vamos separar esta interação do usuário por categoria para entendermos melhor as funções categorizadas.

Facilidades



O Windows possui um recurso muito interessante que é o Capturador de Tela, simplesmente podemos, com o mouse, recortar a parte desejada e colar em outro lugar.

Música e Vídeo

Temos o Media Player como player nativo para ouvir músicas e assistir vídeos. O Windows Media Player é uma excelente experiência de entretenimento, nele pode-se administrar bibliotecas de música, fotografia, vídeos no seu computador, copiar CDs, criar playlists e etc., isso também é válido para o media center.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

A educação é um dos pilares fundamentais na construção e desenvolvimento das sociedades modernas. Ela vai além da simples transmissão de conhecimentos formais, abrangendo a formação de valores, atitudes e comportamentos que são essenciais para a convivência em sociedade. A educação não apenas reflete a cultura de uma sociedade, mas também desempenha um papel ativo na sua transformação e evolução. Neste sentido, a educação pode ser entendida como um processo multifacetado, que engloba a educação formal (escolarização), informal (vivências cotidianas) e não formal (cursos e atividades extracurriculares). Cada uma dessas dimensões educacionais contribui, de maneira específica, para a formação de cidadãos e para a perpetuação ou mudança dos valores culturais e sociais.

O conceito de cultura, por sua vez, está diretamente ligado às práticas, tradições, crenças e conhecimentos acumulados por uma sociedade ao longo do tempo. A cultura não é estática, mas dinâmica, sendo influenciada por mudanças sociais, econômicas e tecnológicas. Neste cenário, a educação atua como um veículo de transmissão cultural, mas também como um espaço de crítica e reinvenção.

Este texto analisará a relação intrínseca entre educação, sociedade e cultura, destacando como esses elementos se inter-relacionam e se influenciam mutuamente.

A Relação entre Educação e Sociedade

A educação e a sociedade mantêm uma relação simbiótica e complexa, onde uma influencia diretamente a outra. A sociedade estabelece o sistema educacional, decidindo currículos, métodos e objetivos da educação, enquanto a educação forma cidadãos que irão atuar e influenciar o futuro da própria sociedade. Nesse contexto, a educação tem o papel de transmitir os valores e normas sociais, promovendo a socialização dos indivíduos desde a infância até a vida adulta.

Uma das funções mais significativas da educação é a promoção da coesão social. Através do processo educativo, indivíduos aprendem a compartilhar normas e valores que são essenciais para a convivência pacífica e para a manutenção da ordem social. No entanto, a educação também pode ser vista como um mecanismo de controle social, onde os conteúdos ensinados refletem os interesses das classes dominantes, perpetuando desigualdades e limitando o questionamento de normas sociais estabelecidas.

A educação é muitas vezes apresentada como uma ferramenta de mobilidade social, capaz de oferecer oportunidades iguais a todos os cidadãos. No entanto, na prática, essa igualdade de oportunidades nem sempre é alcançada. O acesso desigual a uma educação de qualidade, as disparidades entre as redes pública e privada e as diferenças no apoio familiar e social são fatores que limitam a função emancipadora da educação. Portanto, discutir

a relação entre educação e sociedade implica analisar também as desigualdades sociais e o impacto dessas desigualdades no acesso e na qualidade do ensino oferecido.

Educação e Cultura: Uma Relação Recíproca

A educação e a cultura têm uma relação de reciprocidade e interdependência. A cultura influencia o conteúdo e a forma da educação, ao mesmo tempo em que a educação contribui para a manutenção e transformação cultural. O processo educativo é, essencialmente, um processo de transmissão cultural, onde conhecimentos, valores e tradições são ensinados às novas gerações. Entretanto, a educação não se limita a essa função transmissora; ela também atua como um espaço de questionamento e renovação cultural.

Um exemplo claro dessa dinâmica é a educação multicultural, que busca valorizar a diversidade cultural existente dentro de uma sociedade. Ao invés de promover uma visão única e homogênea da cultura, a educação multicultural reconhece e respeita as diferentes identidades culturais, promovendo uma sociedade mais inclusiva e democrática. Esta abordagem educativa desafia o conceito tradicional de cultura dominante e questiona preconceitos e estereótipos, buscando uma educação mais equitativa.

Os currículos escolares desempenham um papel fundamental na formação cultural dos indivíduos. Eles não apenas selecionam o que deve ser ensinado, mas também como deve ser ensinado, refletindo valores culturais específicos. Por isso, debates sobre o currículo são frequentemente debates sobre quais valores e conhecimentos uma sociedade considera importantes para a formação de seus futuros cidadãos.

O Papel da Escola na Formação do Indivíduo e da Cultura

A escola é o principal espaço de educação formal e um dos ambientes mais importantes para a socialização dos indivíduos. É nela que os alunos aprendem não apenas conteúdos acadêmicos, mas também habilidades sociais, valores morais e atitudes que irão moldar seu comportamento como cidadãos. A escola, portanto, exerce uma função socializadora, transmitindo normas sociais e culturais que são essenciais para a vida em sociedade.

O papel dos professores é crucial nesse processo. Eles são mediadores do conhecimento e têm a responsabilidade de criar ambientes de aprendizagem que sejam inclusivos, críticos e estimulantes. Métodos pedagógicos inovadores, que valorizam a participação ativa dos alunos e a construção coletiva do conhecimento, têm mostrado ser eficazes para formar indivíduos mais críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Além disso, a escola deve promover a igualdade de oportunidades, combatendo preconceitos e discriminações que possam existir no ambiente escolar.

A inclusão escolar e a educação para a cidadania são temas centrais no debate atual sobre o papel da escola. Uma educação de qualidade deve ser inclusiva, garantindo que todos os alunos,

independentemente de sua origem social, cultural ou econômica, tenham acesso ao mesmo nível de aprendizagem. Além disso, a escola deve formar cidadãos capazes de atuar de forma consciente e crítica na sociedade, incentivando a participação democrática e o respeito pelos direitos humanos.

Desafios Contemporâneos para a Educação em uma Sociedade Globalizada

Em um mundo globalizado, a educação enfrenta novos e complexos desafios. A globalização trouxe consigo uma maior diversidade cultural e uma intensificação das trocas econômicas, sociais e tecnológicas entre os países. Esse contexto exige uma educação que seja capaz de preparar os indivíduos para viver e atuar em uma sociedade multicultural e tecnologicamente avançada.

A tecnologia, em particular, transformou radicalmente o cenário educacional. A internet e as novas tecnologias de comunicação e informação ampliaram o acesso ao conhecimento, mas também criaram novos desafios, como a necessidade de desenvolver competências digitais e de lidar com a quantidade massiva de informações disponíveis. Além disso, a desigualdade no acesso às tecnologias digitais contribui para aumentar as disparidades educacionais, criando o que se chama de “divisão digital”.

A educação multicultural também se torna essencial em um contexto de globalização. As sociedades contemporâneas são cada vez mais diversificadas culturalmente, o que exige uma educação que valorize a diversidade e prepare os indivíduos para viver em um mundo plural. No entanto, questões como a desigualdade educacional, o preconceito e a discriminação continuam a ser desafios a serem enfrentados, demandando políticas públicas que promovam uma educação mais justa e igualitária.

OS PILARES DA EDUCAÇÃO: APRENDER A CONHECER, APRENDER A FAZER, APRENDER A VIVER E APRENDER A SER

Os “quatro pilares da educação” foram estabelecidos pelo relatório da UNESCO intitulado Educação: Um Tesouro a Descobrir, publicado em 1996 sob a coordenação de Jacques Delors. Esses pilares foram concebidos como uma base para repensar a educação no contexto de um mundo em constante mudança, marcado pela globalização, pelos avanços tecnológicos e pelas crescentes desigualdades sociais. Ao propor esses pilares, a UNESCO sugere uma abordagem holística para a educação, que não se restringe apenas ao conhecimento acadêmico, mas que visa a formação completa do indivíduo como cidadão e ser humano.

Os quatro pilares são: Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Viver Juntos e Aprender a Ser. Cada um deles aborda uma dimensão essencial do processo educativo, enfatizando a necessidade de uma educação que não se limite ao desenvolvimento cognitivo, mas que inclua habilidades práticas, sociais e pessoais.

Aprender a Conhecer

O pilar Aprender a Conhecer enfatiza a importância do desenvolvimento intelectual e cognitivo. Ele sugere que a educação deve promover não apenas a aquisição de conhecimentos, mas, acima de tudo, a capacidade de aprender a aprender. Ou seja, o objetivo é que o estudante desenvolva habilidades de raciocínio crítico, análise e síntese, que lhe permitam compreender e explorar o mundo ao seu redor de maneira independente e crítica.

A ideia de “aprender a conhecer” é, portanto, muito mais ampla do que a simples memorização de informações. Envolve a construção de métodos de pensamento, a capacidade de investigar, formular hipóteses e resolver problemas. O foco está na construção de uma mente curiosa, capaz de se adaptar a novas situações e desafios, o que é essencial em um mundo que muda rapidamente e onde o conhecimento está em constante expansão. Um exemplo prático desse pilar seria o ensino por meio de projetos e trabalhos de pesquisa, nos quais os alunos têm a oportunidade de explorar temas de interesse, desenvolver habilidades investigativas e conectar diferentes áreas do conhecimento.

A educação baseada no “aprender a conhecer” também deve estimular a interdisciplinaridade, integrando diversas áreas do saber para oferecer uma visão mais completa e contextualizada da realidade. Neste sentido, uma educação de qualidade deve incentivar a curiosidade intelectual e a autonomia dos estudantes, fornecendo as ferramentas necessárias para que eles se tornem aprendizes ao longo da vida.

Aprender a Fazer

O segundo pilar, Aprender a Fazer, está relacionado com a aquisição de competências práticas e habilidades profissionais. Em um mundo onde o mercado de trabalho está em constante transformação, é essencial que a educação prepare os indivíduos para enfrentar as exigências do ambiente profissional. No entanto, “aprender a fazer” vai além do treinamento técnico; envolve também a capacidade de aplicar conhecimentos teóricos em situações concretas, desenvolver habilidades de resolução de problemas e atuar de forma colaborativa.

No contexto educacional, este pilar pode ser observado através da ênfase em metodologias ativas de ensino, como a aprendizagem baseada em problemas, atividades experimentais e práticas laboratoriais. Essas estratégias permitem que os estudantes desenvolvam competências técnicas, ao mesmo tempo em que aprimoram habilidades interpessoais, como o trabalho em equipe, a liderança e a comunicação.

O conceito de “aprender a fazer” também inclui a preparação para o trabalho em um mundo que valoriza cada vez mais a flexibilidade, a inovação e a capacidade de aprender continuamente. A educação, portanto, deve fornecer aos estudantes não apenas conhecimentos específicos de uma área, mas também competências gerais, como a capacidade de adaptação, a criatividade e a habilidade de lidar com desafios imprevistos.

Aprender a Viver Juntos

O pilar Aprender a Viver Juntos é talvez o mais desafiador em termos educacionais, pois lida com as relações sociais e a convivência em um mundo cada vez mais diverso e interconectado. Esse pilar enfatiza a necessidade de educar para a paz, para o

LEGISLAÇÃO

LEI Nº 9.394/96

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela LEI Nº 15.001, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insuportáveis indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - censurar anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela LEI Nº 15.001, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024)

§2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do §2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)